

EDITORIAL

A *Educação em Revista* tem o prazer de publicar o número 2, volume 21 que apresenta ao leitor nove artigos na área da Educação sobre a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, com diferentes enfoques.

Em “Aprendizagem da criança: relação entre a BNCC e a Teoria Histórico Cultural” as autoras Sinara Almeida da COSTA, Jéssica Alves Tapajós e Célia Maria Guimarães Santos sustentam que a BNCC não esclarece adequadamente o que se deve fazer para a criança aprender e desenvolver-se de forma integral. Elas complementam a reflexão com a Teoria Histórico Cultural segundo a qual a criança é um ser social que se desenvolve e aprende em conformidade com o meio em que está inserida. Considerando o processo de aprendizagem da criança de acordo com Base Nacional Comum Curricular e com a Teoria Histórico Cultural, o texto resgata a concepção de criança ao longo da história da humanidade e elenca pontos fundamentais de aprendizagem abordados pela BNCC. Prossegue com a teoria de Vigotski sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento; por fim, aponta as principais concordâncias e divergências entre o que regulamenta a lei e os fundamentos da teoria que aborda esse processo.

No artigo “Concepção de competência na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM)” Ana Lucia Cunha Duarte, Renato Moreira Silva e Neria Moura discutem a concepção de competências presente na legislação educacional brasileira, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM). Segundo os autores, predomina uma visão mercadológica e utilitarista que atribui à escola a função de qualificar pessoas ao mercado de trabalho, sem assegurar a formação humana, intelectual, crítica e capaz de transformar a realidade social dos sujeitos; ou seja, a concepção produtivista que emerge no Brasil a partir de 1969 com a teoria do capital humano e com os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Em “A Base Nacional Comum Curricular e seus impactos na Formação Continuada de professores da Educação Básica” Adrinelly Lemes NOGUEIRA e Maria Célia BORGES chamam a categoria docente para vigiar e agir contra os efeitos nocivos da BNCC sobre a formação continuada de professores. Assim como outros autores, consideram a Base um retrocesso, uma resposta ao ideário neoliberal

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n02.01.p5>

cujas origens remontariam aos anos de 1960. Afinam-se, politicamente, ao citado documento da ANPED contrário à Residência Pedagógica e ao Pibid que, vinculados à BNCC, não permitiriam ao professor tornar-se sujeito da própria formação.

Kely Rejane Souza Anjos Carvalho denuncia a invisibilidade da modalidade de ensino EJA nas discussões que originaram a BNCC em “Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC”. Segundo ela criou-se uma lacuna nos debates curriculares a ser anulada por documentos que deverão ser elaborados por Estados e Municípios; deste modo, afirma a necessidade de efetiva participação política de professores e de gestores envolvidos na Educação de Jovens e Adultos e coloca um desafio ao grupo tão fortemente marcado pelo pensamento e obra de Paulo Freire.

“Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base?”, de Maria Raquel Caetano, demonstra a circularidade de propostas, pessoas e interesses educacionais entre a esfera pública e a iniciativa privada nos projetos de formação de professores e gestores, consultorias, avaliação, construção de currículos, planos de estudo, PPP, etc. O chamado “Movimento pela Base” teria sido particularmente marcado pela presença de grupos empresariais alinhados a mudanças globais focadas em currículos comuns e avaliações.

Em “Documentos Oficiais de Política Educacional Brasileira e Portuguesa: aproximações BNCC E OCEPE” Cristiane dos Santos Farias e Cassiana Magalhães avaliam as especificidades dos documentos de referência vigentes que orientam as políticas públicas para a educação infantil, assim como buscam caminhos para se indagar os impactos nos respectivos países. Implementados quase simultaneamente nos anos de 2017 e 2016, os documentos apontariam a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, de tal modo que a brincadeira deveria promover a aprendizagem do conhecimento historicamente acumulado, respeitando a diversidade das crianças, princípios éticos, estéticos e políticos.

A considerar o debate que durante décadas no século XX opôs educadores católicos aos defensores da escola pública, laica, universal e gratuita, o texto de Luis Eduardo Duarte Novais nos faz indagar se este antigo e polarizado embate foi definitivamente enterrado. Em “A Base Nacional Comum Curricular e os Projetos Pedagógicos das Escolas Católicas: aproximações possíveis” o autor vislumbra inegáveis convergências entre a regulamentação estatal (a BNCC) e uma “proposta educacional católica” cuja organicidade o autor recupera em inúmeras fontes, dentre as quais pronunciamentos do Papa Francisco e obras de J. Maritain.

O artigo “O Ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, o brincar e as relações com a Base Nacional Comum Curricular”, de Beatriz Oliveira Delboni e Daniela Aparecida Vendramini-Zanella, apresentam o relato de uma experiência desenvolvida por alunos-professores integrantes de um grupo universitário junto a escolas públicas de Educação Básica tomando como referencial a BNCC e a Teoria da Atividade Sócio Histórico Cultural (formulada a partir da obra de Vygotsky e seguidores,

fundamentados no marxismo). Sustentam que a brincadeira permite ao aluno imaginar situações novas; libertar-se da sua condição limitadora do momento; desenvolver seu potencial linguístico, psíquico e social. A fim de superar o ensino descontextualizado e tecnicista foram propostas brincadeiras aos alunos (jogo da memória, brincadeiras de rua, brincar de manifestação..) que lhes conferiram autonomia e independência.

Em “Educação Física na BNCC: uma análise da proposta preliminar do documento curricular do Estado do Rio de Janeiro” Amanda Moreira da SILVA socializa as discussões realizadas e as propostas encaminhadas por professores/pesquisadores, convidados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro para analisar o componente curricular Educação Física da Proposta Preliminar do Documento Curricular do Estado. O texto manifesta insatisfação com a BNCC face à atualidade marcada por ameaças à democracia: secundarização dos componentes curriculares da área de linguagens em relação à Língua Portuguesa; discussão superficial dos estereótipos e preconceitos sem menções aos temas orientação sexual e identidade de gênero; ausência das palavras racismo e machismo – dentre outras. Deste modo, a equipe convidada pelo CEE/RJ não teria condições de alterar a concepção presente no documento base cujo intuito seria – segundo o artigo – moldar trabalhadores submissos por meio dos currículos escolares.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Emery Marques Gusmão
Ana Clara Bortoleto Nery
Editoras da Educação em Revista

